



DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS 2025



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

A T I V O

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2025	2024
<u>Circulante</u>		42.094	38.163
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.1	1.481	2.884
Consumidores	7.2	18.745	15.198
Serviços em Curso	7.3	938	650
Tributos a Compensar	7.4	603	551
Ativos Financeiros Setoriais	7.6	7.863	5.937
Créditos a Receber	7.8	7.498	7.677
Estoques	7.9	4.725	5.069
Despesas Antecipadas	7.10	241	197
<u>Não Circulante</u>		84.678	82.907
Consumidores	7.2	1.997	2.536
Investimentos temporários	7.7	246	161
Tributos a Compensar	7.4	2.132	3.688
Depósitos Judiciais e Cauções	7.5	54	51
Ativos Financeiros da Concessão	7.12	4.165	5.666
Outros Créditos	7.11	12	10
		8.606	12.112
Intangíveis - em Serviço	7.12	72.875	69.452
Intangíveis - em Curso	7.12	3.197	1.343
		76.072	70.795
<u>TOTAL DO ATIVO</u>		126.772	121.070

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



BALANÇO PATRIMONIAL

EM 31 DE DEZEMBRO

PASSIVO

NE	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 2 5	2 0 2 4
<u>Circulante</u>	37.605	37.424
Fornecedores 7.13.1	7.638	8.839
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	1.836	2.006
Obrigações Sociais e Trabalhistas 7.13.3	2.749	2.251
Tributos 7.13.2	4.310	2.346
Dividendos Declarados -	54	55
Encargos Setoriais 7.13.4	1.803	1.178
Passivos Financeiros Setoriais 7.6	4.197	8.843
Outras Obrigações 7.13.5	14.909	11.906
Provisões Passivas 7.13.7	109	0
<u>Não Circulante</u>	18.009	15.165
Empréstimos e Financiamentos 7.13.6	5.231	794
Tributos 7.13.2	1.102	1.454
Encargos Setoriais 7.13.4	2.300	1.876
Outras Obrigações 7.13.5	30	868
Provisões Passivas 7.13.7	9.346	10.173
<u>Patrimônio Líquido</u>	71.158	68.481
Capital Realizado Atualizado 7.14.1	44.700	44.700
Reservas de Capital 7.14.2	371	233
Ajuste de Avaliação Patrimonial 7.14.3	18.133	19.526
Reservas de Lucros 7.14.4	7.954	4.022
<u>TOTAL DO PASSIVO</u>	126.772	121.070

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	NE	Legislação Societária	
		Valores em milhares de Reais	
		2025	2024
RECEITA OPERACIONAL	7.16	185.209	175.698
Fornecimento de energia elétrica	7.16.1	145.890	134.076
Subsídios tarifários	7.16.1	16.683	15.482
Suprimento – CCEE	7.16.1	2.354	824
Receitas de compensação tarifária	7.16.1	7.589	13.716
Receita construção de infraestrutura concessão	7.16.1	8.955	7.432
Outras receitas	7.17	3.738	4.168
Deduções da receita operacional	7.18	61.849	54.358
Taxas regulamentares	7.18.1	25.269	20.106
Icms	7.18.2	22.175	20.400
Cofins/pasep/iss	7.18.2	14.405	13.852
Receita Operacional Líquida		123.360	121.340
CUSTOS OPERACIONAIS		120.884	117.536
Custo com energia elétrica	7.19	87.745	84.155
Energia elétrica comprada para revenda	7.19	55.756	52.539
Encargos de transmissão, conexão	7.19	20.570	21.834
Encargos e demais despesas setoriais	7.19	2.464	2.351
Custo de construção de infraestrutura concessão	7.19	8.955	7.431
Custos de operação	7.20	33.139	33.381
Pessoal		19.363	17.345
Material		1.305	1.270
Serviços de terceiros		4.198	4.588
Depreciação e amortização		3.950	3.819
Provisões		553	1.956
Outras despesas		3.770	4.403
Lucro operacional bruto		2.476	3.804
Receita financeira	7.21	2.939	3.981
Despesa financeira	7.21	5.409	5.922
Resultando financeiro		(2.470)	(1.941)
Resultado operacional		6	1.863
Reversão juros capital próprio		3.726	3.026
LUCRO ANTES IMPOSTOS		3.732	4.889
Contribuição social	7.15	149	468
Imposto de renda	7.15	376	1.224
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		3.207	3.197
Lucro p/Ação do Capital Social (R\$)		2,01	2,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.25 e 31.12.24

Legislação Societária
Valores em milhares de Reais

	CAPITAL REALIZADO ATUALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	AJUSTE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	RESERVA DE LUCROS	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31.12.23 (R\$)	35.000	163	20.926	10.158	0	66.247
Aumento Capital Social	9.700			(9.700)		0
Distribuição Dividendos/JCP				(436)		(436)
Realização/Ajustes de reservas		70	(1.400)	823		(507)
Lucro Líquido do exercício					3.197	3.197
Destinações propostas a AGO:						
* Reserva Legal				160	(160)	0
* Reserva de Lucros				3.017	(3.037)	(20)
SALDOS EM 31.12.24 (R\$)	44.700	233	19.526	4.022	0	68.481
Aumento Capital Social						
Distribuição Dividendos/JCP						
Realização/Ajustes de reservas		138	(1.393)		750	(505)
Lucro Líquido do exercício					3.207	3.207
Destinações propostas a AGO:						
* Reserva Legal				160	(160)	0
* Reserva de Lucros				3.772	(3.797)	(25)
SALDOS EM 31.12.25 (R\$)	44.700	371	18.133	7.954	0	71.158

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 2 5	2 0 2 4
<u>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Receitas de venda de energia elétrica	176.254	168.267
Receita de construção de infraestrutura	8.955	7.432
Provisão p/contingências	(553)	(1.956)
	184.656	173.743
(-) INSUMOS		
Custo da energia comprada	78.789	76.724
Custo de construção de infraestrutura	8.955	7.432
Materiais	1.305	1.270
Serviço de terceiros	4.198	4.588
Encargos setoriais	25.269	20.106
Outros encargos	3.204	3.567
	121.720	113.687
VALOR ADICIONADO BRUTO	62.936	60.056
Depreciação e amortização	3.950	3.819
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	58.986	56.237
Receitas financeiras	2.939	3.981
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	61.925	60.218
<u>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</u>		
Empregados e Administração:		
Remuneração do trabalho	10.087	9.065
Encargos sociais (exceto Inss)	774	705
Benefícios	4.290	3.821
Provisões	2.694	2.429
Indenizações trabalhistas	8	0
Custos imobilizados	(1.452)	(1.398)
	16.401	14.622
Governos:		
Icms	22.175	20.400
Pis/Cofins	14.405	13.852
Inss	2.962	2.723
Imposto renda e contribuição social	525	1.692
Outros	89	108
	40.156	38.775
Financiadores:		
Despesas financeiras	1.683	2.896
Aluguéis	478	728
	2.161	3.624
Acionistas:		
Remuneração do capital próprio	3.726	3.026
Lucros retidos/prejuízos	(519)	171
	3.207	3.197
VALOR DISTRIBUIDO	61.925	60.218

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Legislação Societária	
	Valores em milhares de Reais	
	2 0 2 5	2 0 2 4
Atividades Operacionais:		
Lucro líquido do exercício	3.207	3.197
Despesas/receitas que não afetam o caixa:		
Depreciação/amortização	3.950	3.819
Baixas ativo intangível	723	626
Provisão p/créditos liquidação duvidosa	(718)	2.093
	3.955	6.538
Geração bruta de caixa	7.162	9.735
Consumidores	3.007	(106)
Impostos a compensar	(1.504)	9.961
Estoque	(344)	427
Despesas antecipadas	45	(54)
Serviços em curso	288	(128)
Ativos financeiros setoriais	1.926	(3.533)
Ativo não circulante	(1.411)	(1.613)
Créditos a receber e outros	(179)	(1.603)
	1.828	3.351
Fornecedores	(1.201)	53
Obrigações sociais e trabalhistas	498	207
Tributos	816	(5.428)
Encargos setoriais	1.048	576
Passivos financeiros setoriais	(4.645)	456
Demais passivos	2.164	367
	(1.320)	(3.769)
Juros sobre empréstimos	1.147	468
Juros e encargos de dívidas	162	317
Imposto de Renda e Contrib Social	634	1.488
	1.943	2.273
Geração operacional de caixa	2.071	4.888
Atividades de financiamentos		
Empréstimos Pagamentos	(2.757)	(2.610)
Empréstimos obtidos	5.878	1.150
Dividendos e juros s/capital próprio	(1)	3.005
	3.120	1.545
Atividades de investimentos		
Investimentos no ativo intangível	(10.400)	(7.846)
Contribuição e doação do consumidor	1.075	1.481
Ajuste Reserva/avalição patrimonial	2.731	1.414
	6.594	(4.951)
Geração líquida de caixa	(1.403)	1.482
Saldo das disponibilidades		
No início do período	2.884	1.402
No fim do período	1.481	2.884
Aumento (redução) nas disponibilidades	(1.403)	1.482

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

1. Contexto operacional

A Centrais Elétricas de Carazinho S.A. – ELETROCAR, sociedade de economia mista de capital fechado, controlada pelo município de Carazinho no estado do Rio Grande do Sul. É uma concessionária de energia elétrica tendo como finalidade projetar, construir e explorar sistemas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, podendo também participar de consórcios com empresas privadas com objetivo de desenvolver atividades na área de geração de energia.

Atualmente a empresa desenvolve as atividades de distribuição de energia elétrica, sendo atendidos sete municípios da área de concessão, com 39.865 consumidores, A sua sede administrativa está localizada na cidade de Carazinho, na região norte do estado do Rio Grande do Sul.

A maior parte da receita é oriunda do fornecimento de energia elétrica e de suas atividades inerentes e acessórias.

Tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, conforme contrato de concessão de Distribuição de Energia Elétrica que tem por objetivo a exploração do serviço público de energia elétrica.

Atualmente a Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica.

2. Concessão:

Contratos de Concessão assinados com o órgão do poder concedente ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica:

Data Assinatura	Contrato nº	Aditivo	Data	Tipo Concessão	Vencimento
18/10/2000	084/2000	4º	09/12/15	Distribuição	07/07/2045

Através do Decreto 8.461 de 02/06/15 foi regulamentada a renovação das concessões cujos contratos de distribuição venceram 07/07/15. Através do Despacho do MME de 09/11/15 foi autorizado a Eletrocar proceder a renovação da concessão. Assim sendo em 09/12/15 foi assinado o quarto termo aditivo ao contrato de distribuição nº 084/2000 junto a Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica, órgão regulador, cuja renovação tem prazo de trinta anos, vencendo em 07/07/2045.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária. Não poderá ocorrer transferência de controle acionário majoritário da concessionária sem anuência prévia do poder concedente.

O novo aditivo ao contrato traz cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço ao final da concessão, bem como metas a serem cumpridas para a continuidade da concessão.

3. Reajuste tarifário anual e revisão periódica

No reajuste anual, que ocorre entre as revisões tarifárias, as empresas distribuidoras de energia elaboram seus pleitos, com base em fórmulas definidas nos contratos de concessão, onde consideram-se custos não gerenciáveis (parcela A), as variações incorridas no período entre reajustes e, os custos gerenciáveis (parcela B), a variação do IGP-M, ajustados pelo Fator X.

A revisão tarifária periódica ocorre a cada cinco anos e tem por objetivo restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A próxima data-base de revisão tarifária é julho de 2027. Neste processo, a Aneel procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

4. Apresentação

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis previstos na legislação societária, Lei das Sociedades por Ações e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e em particular os padronizados pelo “Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica- MCSE” e resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.



As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, versão 2022, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da Resolução Homologatória 933 de 18 de maio de 2021 e do Despacho 2.904 de 17 de setembro de 2021. As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações contábeis societárias. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. No entanto, a base para apuração fiscal corrente e dos dividendos é o lucro apurado com base nas práticas contábeis societárias e divulgado nas demonstrações financeiras societárias.

As demonstrações contábeis regulatórias e societárias auditadas estarão disponíveis no site www.eletrocar.com.br a partir de 30 de abril de 2026.

De acordo com a Instrução Contábil 6.3.14 do Manual de Contabilidade, às Obrigações Especiais vinculadas a Concessão estão sendo apresentadas como redutora do ativo imobilizado.

A Concessionária adotou as normas, pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As políticas, práticas e critérios contábeis foram consistentemente adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis em todos os períodos apresentados. Os efeitos da adoção das IFRS estão apresentados em notas explicativas.

Algumas informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas nos Despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômico-Financeira da Aneel.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A moeda funcional da empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

Essa interpretação prevê que a infraestrutura da concessão não pode ser reconhecida como ativo Imobilizado, uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, passando a ser reconhecida de acordo com os modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente, conforme contrato estabelecido entre as partes, que são os modelos de Ativo Financeiro, do Ativo Intangível e modelo Bifurcado.

Na geração e na distribuição de energia elétrica aplica-se o modelo “bifurcado” em virtude das empresas do segmento serem remuneradas: pelo poder concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica.

5. Práticas Contábeis Específicas do Setor

5.1 – Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MCSE), o qual é instituído por Resolução da ANEEL.

5.2 – Ativos e passivos regulatórios – A CVA - Compensação de Variação dos Itens da Parcela – A, ativos e passivos regulatórios, são despesas dos encargos setoriais pagas antecipadamente ou receitas não incluídas na tarifa. São apropriados ao resultado da medida em que, a receita ou despesa correspondente for faturada.

Trata-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão e apresentar a realização dos componentes tarifários e da efetiva remuneração com obediência ao Pressuposto Básico da Competência, no processo de confrontação das despesas com as receitas entre os períodos contábeis.

5.3 – Ativo imobilizado e depreciação – Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, e estão deduzidos da depreciação acumulada.

Bens e instalações são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.



Os ganhos e perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas operacionais.

Em função do disposto na IG 36 do Plano de Contas, os juros e encargos financeiros relativos a financiamentos, quando efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados como custo neste subgrupo.

5.4 - Obrigações especiais vinculadas à concessão - são registradas pelos valores recebidos de consumidores e órgãos públicos para a realização de obras necessárias ao atendimento de fornecimento e estão vinculadas ao imobilizado. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

5.5 - Reserva de avaliação – A reserva de avaliação está representada pelo registro das avaliações regulatórias compulsórias, com base nas Revisões Tarifárias Periódicas, cuja contrapartida está vinculada aos bens do ativo imobilizado que lhe deram origem e das Obrigações Especiais. Sua movimentação ocorre pela baixa dos bens que a geraram, bem como pelos encargos de depreciação.

6. Práticas Contábeis Gerais

6.1 - Caixa e Equivalentes de Caixa - Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com vencimentos originais de 90 dias. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6.2 - Consumidores, Contas a receber de clientes e outros - estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

6.3 - Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - é constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do serviço Público de Energia elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, considerando suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

6.4 - Estoques - estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização.

6.5 - Cauções e Depósitos Vinculados – referem-se a garantias prestadas, para atendimento as exigências legais, vinculados a processos judiciais.

6.6 - Receitas de fornecimento de energia elétrica - são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período não lido, é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

6.7 - Fornecimento de energia elétrica não faturado - até 31/12/25 foi contabilizado com base no regime de competência considerando o número de dias decorridos desde a última leitura até o último dia do mês, com base no consumo da última fatura e estão demonstrados na conta Consumidores.

6.8 - Receita e Custo de Construção – O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando rigidos por um único contrato de concessão).

A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a “zero”, considerando que:

- A atividade-fim da Concessionária é a distribuição de energia elétrica;
- Toda a receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura sua atividade-fim.

Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas no Ativo Intangível em curso é transferida para o resultado, como receita e custo de construção.

6.9 - Programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – PEE - São programas de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética, para os quais as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida, conforme Lei nº 9.991/00 e regulamentação nas Resoluções Aneel nº 300/08 e 316/08.



6.10 - A provisão sobre as férias vencidas e/ou proporcionais; 13º Salário e 1/3 sobre Férias - estão apresentados na conta "Obrigações Sociais e Trabalhistas" no Passivo Circulante.

6.11 - Ativo Financeiro – Indenizável (concessão) – refere-se à parcela não amortizada até o final da concessão, dos investimentos realizados em infraestrutura e em bens essenciais para a prestação do serviço público que estejam vinculados ao contrato de concessão. Esses investimentos não amortizados serão revertidos ao poder concedente ao término do prazo de concessão mediante o pagamento de indenização. Ao longo do contrato de concessão o ativo indenizável é remunerado pelo custo médio ponderado de capital (WACC) regulatório, utilizado no cálculo dos componentes da tarifa de distribuição de energia elétrica da companhia. Este registro decorre da aplicação da Interpretação Técnica ICPC-01 e da orientação OCPC 05 emitidas pelo CPC para os contratos de concessão.

6.12 - Ativos Intangíveis – Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica e consequentemente direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado ao longo da concessão. Estão em consonância com o CPC 04 (Ativos Intangíveis), ICPC 01 (contratos de Concessão) e OCPC 05 (contratos de Concessão). Os contratos de concessão têm vida útil finita e o ativo deverá ser completamente amortizado ao término da concessão. São avaliados ao custo de aquisição, incluindo capitalização de custos de empréstimos e remuneração das imobilizações em curso, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

6.13 - Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social - é calculada conforme legislação vigente, sobre lucro real anual, e reconhecido o diferimento em função de diferenças intertemporais.

6.14 - Despesas pagas antecipadamente - são compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridas.

6.15 - Aplicações Financeiras - estão demonstradas ao custo da aplicação, acrescidos dos rendimentos correspondentes até a data do balanço.

6.16 - Pis/Cofins – A tributação nas receitas, é pela não cumulatividade, estando sujeitas as alíquotas de 1,65% para o Pis e 7,60% para a Cofins.

6.17 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - A Lei 11.638/07 determinou que periodicamente as empresas devem reavaliar seus Ativos e Passivos e proceder ajustes que devem ser lançados na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido. Consoante ao que determina a NBC TG 01 (R4), que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025/2024, não houve indicativo de deterioração e em função. Esta avaliação é feita a cada 05 anos através da Revisão Tarifária Periódica, a qual se dará em 2027.

6.18 - Empréstimos e financiamentos - As obrigações desta natureza estão em moeda nacional, atualizadas pela variação monetária e pelas taxas efetivas de juros, incorridas até a data dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

6.19 - Fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores e prestadores de serviços são obrigações referentes a bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. Contempla, principalmente, os saldos a pagar relativos a aquisição de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

6.20 - Encargos setoriais - São obrigações a recolher, derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica, estabelecidos em lei federal e normatizados pela Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

6.21 - Dividendos - A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no CPC 25 e ICPC 08, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído à título de dividendos.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as compensações de prejuízos acumulados e as devidas destinações legais, a Companhia registra provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, no passivo circulante, e os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

6.22 - Provisões - A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas e cíveis que como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A Companhia também está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e processos trabalhistas cobrindo uma ampla faixa de assuntos que advém do curso normal das atividades de negócios. O julgamento da Companhia é baseado na opinião de seus consultores legais.



As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

6.23 - Demais direitos e obrigações - Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais e estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

6.24 - Questões ambientais - A Companhia capitaliza gastos referentes a demandas ambientais exigidos pelos órgãos públicos competentes, para concessão das respectivas licenças que permitirão a execução dos projetos. As demandas correspondem a compensações que devem ser realizadas para executar o projeto, visando reparar, atenuar ou evitar danos ao meio ambiente onde será realizado o empreendimento.

6.25 - Transações entre partes relacionadas - As transações de compra e venda de energia, de prestação de serviços e de mutuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

6.26 - Demonstrações do valor adicionado - A Empresa incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada e a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

6.27 - Apuração do resultado - As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

7. Notas Explicativas

7.1 – Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Disponíveis	2025	2024
Caixa e depósitos bancários a vista	301	652
Aplicações Financeiras de liquidez imediata	911	1.887
Numerário em Trânsito	269	345
Total	1.481	2.884

7.1.1 - As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor.

7.1.2 - Numerário em trânsito referem-se valores da arrecadação em processo de classificação em função do float bancário.

7.2 – Consumidores – Contas a Receber

Consumidores	Vincendos	Vencidas até 90 dias	Vencidas + 90 dias	2025	2024
Residencial	3.985	1.659	1.171	6.815	5.521
Industrial	699	17	109	825	662
Comercial	1.866	325	437	2.628	2.095
Rural	1.273	164	37	1.475	1.130
Poder Público	287	7	-	294	145
Iluminação Pública	231	-	-	231	187
Serviço Público	124	-	-	124	76
Consumo Próprio	-	-	-	-	-
Consumidores livres	1.429	-	-	1.429	1.194
Serviço taxado e outros	921	96	187	1.204	1.178
(-) Arrecadação processo classificação	(133)	-	-	(133)	(161)
Encargo capacidade emergencial	-	-	1	1	1
Renegociação/parcelamentos	994	215	360	1.568	1.196
Não Faturado	4.031	-	-	4.031	3.397
Participação financeira do consumidor	84	190	6	281	434
Sub Total	15.791	2.674	2.309	20.774	17.054
(-) Provisões	-	-	(2.029)	(2.029)	(1.856)
Total consumidores	15.791	2.674	280	18.745	15.198



- Após o vencimento, há a incidência de juros de 0,033% ao dia e multa de 2% sobre o valor das faturas dos consumidores em atraso.

7.2.1 – Parcelamentos

Parcelamento de débitos de consumidores referem-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores. Com base na melhor estimativa da Administração, para os montantes sem garantia ou sem expectativa de recebimento, foram constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa.

7.2.2 - Receita não faturada

correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida

7.2.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa foi constituída com base nos valores a receber de consumidores: residenciais vencidos a mais de 90 dias; comerciais vencidos há mais de 180 dias; industriais, rurais poderes públicos e demais vencidos a mais de 360 dias, de acordo com o que prevê o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. As provisões atendem as expectativas da Administração, consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis na realização das contas a receber.

Composição	Fornecimento		Parcelamento		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Residencial	1.175	1.057	94	91	1.269	1.148
Industrial	108	104	9	6	117	110
Comercial	387	345	30	27	417	372
Rural	31	32	0	3	31	35
Outros	195	191	0	0	195	191
Total	1.896	1.729	133	127	2.029	1.856

7.3 – Serviços em Curso

Referem-se aos custos dos programas de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética - PEE em andamento, apurados através de Ordem de Serviço - ODS, sendo:

Composição	2025	2024
Pesquisa e desenvolvimento	0	0
Eficiência energética	798	554
Outros	140	96
Total	938	650

7.4 – Tributos a Compensar

A empresa, por força de determinações legais teve e/ou procedeu retenções/antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições sociais.

Impostos	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Icms – compras do ativo imobilizado	366	314	468	429
Icms – Subvenções consumidores	235	236	(195)	(175)
Pis/Cofins	1	1	1.859	3.434
Imposto de Renda/Contribuição Social	0		0	0
Total	602	551	2.132	3.688

- Icms compras do ativo imobilizado: refere-se aos créditos de ICMS originados das aquisições dos equipamentos e materiais para o ativo intangível e imobilizado, realizáveis nos próximos 48 meses mediante as compensações mensais com o imposto incidente sobre a venda de energia elétrica aos consumidores.

- Icms sobre subvenções consumidores: refere-se a cobrança de icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas.

- Imposto de renda retido na fonte e contribuições: originado basicamente de retenções realizadas sobre rendimentos de aplicações financeiras e do fornecimento de energia elétrica aos órgãos públicos, serão compensados com as antecipações mensais de IRPJ e Contribuição Social.

- Imposto de renda e contribuição social: O saldo de Imposto de renda e contribuição social, refere-se a valores pagos na modalidade estimativa a maior, a serem compensados com os impostos devidos.



- Pis/Cofins, créditos da exclusão do Icms da base do Pis/Cofins conforme processo Judicial 5000174-80.2012.4.04.7104/RS, com trânsito em julgado em 20/10/20 e Despacho Decisório RFB nº 1268 em 23/07/21 no valor atualizado de R\$35.103.644,20. Valor original no período de 02/2007 a 10/2020 de R\$23.734.642,54. Os valores compensados de julho de 2021 a março de 2025 foram de R\$42.268.974,69.

7.5 – Depósitos Judiciais e Cauções

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Depósitos	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Ações cíveis	0	0	0	0
Ações trabalhistas	0	0	54	51
Total	0	0	54	51

7.6 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A conta de compensação dos valores da parcela A – CVA é o mecanismo destinado a registrar as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Composição	CVA 2025			CVA 2024		
	Ativa	Passiva	Líquida	Ativa	Passiva	Líquida
Custo de aquisição de energia	2.850	0	2.850	2.069	54	2.015
Proinfra	152	0	152	0	110	(110)
Transporte energia - rede básica	1.477	0	1.477	1.715	0	1.715
Transporte energia - Itaipu	6	138	(132)	125	155	(30)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	368	1.071	(703)	55	57	(2)
Encargos de Serviço – ESS	2.486	0	2.486	745	0	745
Neutralidade da parcela A	0	758	(758)	0	1.896	(1.896)
Sobrecontratação de energia	524	385	139	1.228	47	1.181
Devoluções tarifárias	0	1.789	(1.789)	0	6.139	(6.139)
Outros	0	56	(56)	0	384	(384)
Total	7.863	4.197	3.666	5.937	8.842	(2.905)

Ativos e Passivos regulatórios	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Ativos				
Ativos regulatórios – em recuperação	4.183	1.428	0	0
Ativos regulatórios – em formação	3.680	4.509	0	0
Total do Ativo	7.863	5.937	0	0
Passivos				
Passivos regulatórios – em recuperação	3.145	7.877	0	0
Passivos regulatórios – em formação	1.052	965	0	0
Total do Passivo	4.197	8.842	0	0
Líquido	3.666	(2.905)	0	0

- Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado na legislação e disposições da Aneel. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros da Selic.

- Dos valores constantes nos itens Devoluções tarifárias e Passivos regulatórios em recuperação, R\$750 (R\$750 mil 2024) se referem aos créditos de Pis/Cofins que estão sendo devolvido aos consumidores, conforme Ofício Circular 319/2021–SFF/SRM/SGT/ANEEL, Consulta Pública 018/2022 e Resolução Homologatória 3070/2022, 3223/23, 3352/24 e 3487/25, referente ao processo administrativo 48500.001747/2020-22.

- Em recuperação: representado pelos custos não gerenciáveis capturados em períodos tarifários anteriores e repassados à tarifa de energia elétrica para o período de 2025/2026.

- Em formação: é composto pelos custos não gerenciáveis da parcela A apurados no período de 22 de julho de 2025 a 31 de dezembro 2025 os quais deverão integrar o próximo reajuste tarifário em 2026.



7.7 – Investimentos temporários

O valor aplicado refere-se a títulos de Capitalização, com depósitos mensais em 60 meses. O capital é atualizado pela taxa de remuneração básica, aplicada a Caderneta de Poupança.

Banco	Prazo resgate	Circulante		Não Circulante	
		2025	2024	2025	2024
Banrisul – Cap Mais	09/06/27	0	0	93	70
Banrisul – Cap Master	09/10/26	0	0	107	50
Santander Capitalização	07/02/27	0	0	46	41
Total		0	0	246	161

7.8 – Créditos a receber

Composição	2025	2024
Parcelamentos de contas de energia	115	467
Empregados	103	81
Rendas a receber	2.852	2.768
Subsídios tarifários	1.790	3.727
Adiantamento a fornecedores	2.658	623
Serviços a receber	33	31
Outros	29	62
Soma	7.580	7.759
(-) Crédito liquidação duvidosa	(82)	(82)
Total	7.498	7.677

7.8.1 - Subsídios tarifários

Referem-se aos descontos na tarifa e custos de energia, valor a ser repassado pela Eletrobrás e Ccee a título de ressarcimento aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, redação dada pela Medida Provisória nº 605, de 23 de janeiro de 2013, e Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

Resolução homologatória	Competência	Valor Anual
Aneel 3352/24	Jul/24 a Jun/25	18.269
Aneel 3487/25	Jul/25 a Jun/26	16.755

7.8.2 – Rendas a receber

Refere-se ao compartilhamento de infraestrutura de concessionárias e permissionárias de energia elétrica como meio de suporte para instalação de equipamentos de terceiros ou para utilização da rede elétrica como meio de transporte de sinais para comunicação

7.9 – Estoque

Os materiais em estoque estão registrados ao custo médio de aquisição e destinam-se para manutenção, recuperação e construção do sistema elétrico e consumo interno.

Composição do Estoque	2025	2024
Manutenção do sistema	316	400
Construção	4.091	4.017
Consumo interno	261	345
Outros	57	307
Total	4.725	5.069

7.10 – Despesas Antecipadas

Despesas	Circulante	
	2025	2024
Prêmios de seguros	72	64
Impostos	67	67
Outras	102	66
Total	241	197



7.11 – Outros Créditos - Longo Prazo

Composição dos créditos	2025	2024
Créditos a receber	4.604	4.424
Fornecedores - Contratuais	202	202
Convênios de arrecadação	206	206
Investimentos Temporários	246	161
Tributos a compensar	2.132	3.688
Depósitos judiciais e cauções	54	51
Consumidores – Parcelamentos	1.997	2.536
Outros investimentos	12	10
Indenização pela concessão	4.165	5.666
Subtotal	13.618	16.944
(-) Crédito liquidação duvidosa	(5.012)	(4.832)
Total	8.606	12.112

7.12 – Ativo Intangível e Financeiro

7.12.1 - Pela composição/Natureza

Composição ativo intangível líquido (R\$)	Intangível		Ativo Financeiro		Avaliado		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Intangíveis	381.560	381.560	2.663.903	2.663.903	1.495.172	1.495.172	4.540.635	4.540.635
Terrenos	284.200	284.200	17.078	17.078	2.445.937	2.445.937	2.747.216	2.747.216
Edificações	893.472	966.949	2.750	2.750	386.574	407.297	1.282.795	1.376.995
Máquinas e Equipamentos	51.858.602	47.561.221	8.859.826	6.908.908	26.088.793	28.176.232	86.807.222	82.646.361
Veículos	1.298.243	1.697.096	0	0	16.218	18.833	1.314.461	1.715.929
Móveis e Utensílios	28.910	17.717	0	0	10.731	12.710	39.641	30.427
Em curso	2.735.004	1.342.435	0	0	0	0	2.735.004	1.342.435
Total	57.479.991	52.251.177	11.543.557	9.592.640	30.443.426	32.556.182	99.466.975	94.399.999
Obrigações especiais	-18.463.256	-14.502.146	7.378.224	3.926.470	-12.310.101	-13.029.686	-23.395.132	-23.605.362
Total líquido	39.016.736	37.749.032	18.921.782	13.519.109	18.133.326	19.526.496	76.071.843	70.794.637

• A agência reguladora, Aneel, é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor de indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo de concessão. O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como concessão do serviço público (Ativo Financeiro).

• Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, foi registrado no Ativo Intangível, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

	2025			2024
	Bruto	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Distribuição				
Custo histórico	106.865.823,01	38.459.623,93	68.406.199,08	64.380.567,90
Reavaliação	52.930.881,58	24.939.425,77	27.991.455,81	30.105.849,75
Administração				
Custo histórico	5.170.207,94	3.585.057,94	1.585.150,00	1.611.246,07
Reavaliação	3.649.648,04	1.197.677,60	2.451.970,44	2.450.332,36
	168.616.560,57	68.181.785,24	100.434.775,33	98.547.996,08
Em curso				
Distribuição			2.732.368,00	1.334.219,97
Administração			2.636,01	183.720,09
			2.735.004,01	1.517.940,06
	168.616.560,57	68.181.785,24	103.169.779,34	100.065.936,14



EVOLUÇÃO PATRIMONIAL - VOC	Saldo inicial em 01/2025	Adição	Baixas	Transferências/ajustes	Saldo final em 12/2025
Em serviço					
Intangíveis	3.595.050,86	176.219,42	-	-	3.771.270,28
Terrenos	301.278,47	-	-	-	301.278,47
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.394.342,96	-	-	-	2.394.342,96
Máquinas e equipamentos	94.604.872,78	8.369.268,18	1.231.192,31	- 14.905,94	101.728.042,71
Veículos	3.596.521,59	-	-	-	3.596.521,59
Móveis e utensílios	230.918,46	-	1.249,46	14.905,94	244.574,94
Total em serviço	104.722.985,12	8.545.487,60	1.232.441,77	-	112.036.030,95
(-) Reintegração acumulada					
Intangíveis	926.882,12	32.306,89	-	-	959.189,01
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.424.644,53	73.476,77	-	-	1.498.121,30
Máquinas e equipamentos	34.267.017,58	3.502.847,98	696.060,38	- 376,99	37.073.428,19
Veículos	1.899.425,41	398.852,86	-	-	2.298.278,27
Móveis e utensílios	213.201,51	3.336,06	1.249,46	376,99	215.665,10
Total reintegração acumulada	38.731.171,15	4.010.820,56	697.309,84	-	42.044.681,87
Saldo Líquido	65.991.813,97	4.534.667,04	535.131,93	-	69.991.349,08

7.12.2 – Investimentos realizados

Tipo de unidade de cadastro	Código UC	2025		2024	
		Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Postes	255	782	2.526	810	2.499
Condutores	190	40.817	1.260	41,380	1.154
Regulador de tensão	340	0	0	16	649
Medidores	295	3.058	676	2.779	713
Transformador de distribuição	565	115	1.205	159	1.798
Transformadores de medida	575	18	44	30	73
Equipamento geral e informática	230/235	47	323	63	158
Sistema de telemedicação	485	1.123	467	664	314
Sistema de aterramento	395	851	320	737	49
Chave Seccionadora	160	120	303	73	68
Banco de Capacitores	125	3	54	1	11
Religadores	345	4	222	5	261
Painel de medição/Subestações	305	14	1.132	3	99
Veículos	615	0	0	0	0
Urbanização e Benfeitorias	610	1	13	0	0
Total Investimentos	-	-	8.545	-	7.846

7.12.3 - Obrigações Especiais Vinculadas a Concessão

Composição obrigações especiais	2025			2024		
	Vlr Histórico	Avaliação	Total	Vlr Histórico	Avaliação	Total
Participação Financeira União	332.703	633.176	965.878	332.703	633.176	965.878
Participação Financeira Consumidor	11.874.765	10.763.450	22.638.215	10.670.086	10.763.450	21.433.536
Subvenções para Investimentos	951.316	2.033.477	2.984.792	951.316	2.033.477	2.984.792
Universalização do Serviço Público	131.576	281.250	412.826	131.576	281.250	412.826
Outros	2.681.787	5.732.433	8.414.220	2.681.787	5.732.433	8.414.220
(-) Depreciação	- 5.603.528	- 7.133.684	- 12.737.212	- 5.037.240	- 6.414.098	- 11.451.338
Total em serviço Líquido	10.368.619	12.310.101	22.678.720	9.730.228	13.029.686	22.759.914
Em Curso	716.412	-	716.412	845.448	-	845.448
Total Obrigações Especiais	11.085.031	12.310.101	23.395.132	10.575.676	13.029.686	23.605.362

• Refere-se a contribuição do Consumidor, subvenções para investimentos e incentivos fiscais recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, e estão vinculados ao ativo imobilizado e a concessão. Estão apresentadas como redução do Ativo Imobilizado, de acordo com o item 6.3.23 do MCSE.

• A partir de julho de 2008, a empresa passou a registrar as quotas de reintegração dos valores dos bens constituídos com recursos das Obrigações Especiais, independentemente da data da sua formação, tendo seus efeitos anulados no resultado contábil, conforme Despacho 3073/2006.



7.12.4 - Avaliação Patrimonial

Composição ativo intangível líquido (R\$)

	2025			2024		
	VNR	Depreciação	VMU	VNR	Depreciação	VMU
Intangíveis	1.495.172	0	1.495.172	1.495.172	0	1.495.172
Terrenos	2.445.937	0	2.445.937	2.445.937	0	2.445.937
Edificações	3.105.200	2.718.626	386.574	3.105.200	2.697.903	407.297
Máquinas e Equipamentos	49.239.357	23.150.563	26.088.793	50.478.754	22.302.522	28.176.232
Veículos	27.574	11.356	16.218	27.574	8.741	18.833
Móveis e Utensílios	267.289	256.558	10.731	267.263	254.553	12.710
Total	56.580.530	26.137.103,37	30.443.426	57.819.901	25.263.718,60	32.556.182
Obrigações especiais	19.443.785	7.133.684	12.310.101	19.443.785	6.414.098	13.029.686
Total líquido	37.136.745	19.003.419	18.133.325,62	38.376.116	18.849.620	19.526.496

• A Companhia registrou complemento de seu ativo imobilizado, conforme, decorrente da aplicação da mensuração pelo Valor Novo de Reposição – VNR em contrapartida ao Patrimônio Líquido.

7.12.5 – Cálculo da Depreciação

A Depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, tomando-se por base os bens registrados nas UC - Unidades de Cadastro, conforme resolução Aneel 674/15 da Aneel. As taxas anuais estão estabelecidas em tabela anexa a esta resolução.

As taxas estabelecidas pela Aneel são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas Anuais de Depreciação
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor – classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor – classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema – poste	3,57%
Estrutura do sistema – Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição – Aéreo	4,00%
Transformador de Força	2,86%
Transformador de medida – corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida – corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e Utensílios	6,25%

Composição do ativo depreciado por tipo do bem	Saldo do ativo imob. em serviço	Depreciação acumulada	imobilizado depreciar 2025	imobilizado depreciar 2024
Intangíveis	3.771.270	959.189	2.812.081	2.668.169
Terrenos	301.278	0	301.278	301.278
Edificações	2.394.343	1.498.121	896.222	969.698
Máquinas e Equipamentos	101.728.043	37.073.428	64.654.615	60.333.617
Veículos	3.596.522	2.298.278	1.298.243	1.697.096
Móveis e Utensílios	244.575	215.665	28.910	21.955
Total	112.036.031	42.044.682	69.991.349	65.991.814

7.12.6 - Dos Bens Vinculados a Concessão

De acordo com os Art. 63 e 64 do Decreto no. 41.019 de 26/02/57, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos, serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão do poder concedente.

A desvinculação dos bens é regulamentada pela Resolução 020/99 da Aneel, que concede autorização prévia para desvincular bens inservíveis a concessão, quando destinados a alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

Para efeitos de apresentação das Demonstrações Contábeis, os bens vinculados estão sendo apresentados como Ativo Imobilizado, conforme orientação no despacho Aneel 4.097 de 30/12/10, que não recepcionou a aplicação do ICPC 01.



7.13 – Passivo Circulante e Não Circulante

7.13.1 - Fornecedores

Fornecedores	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Suprimento de energia elétrica	3.605	0	3.605	5.054	0	5.054
Compra de energia elétrica MCP	325	0	325	7	0	7
Encargos de uso da rede	1.329	0	1.329	1.317	0	1.317
Encargos de conexão	542	0	542	572	0	572
Materiais, serviços e outros	1.837	0	1.837	1.889	0	1.889
Total	7.638	0	7.638	8.839	0	8.839

7.13.2 Tributos

Tributos	2025			2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Icms - faturamento	698	969	1.667	468	969	1.437
Icms - parcelamento	1.901	0	1.901	212	0	212
Inss	354	0	354	335	0	335
Imposto de renda e contribuição social	13	0	13	160	0	160
Fgts	107	0	107	102	0	102
Pis-Pasep/Cofins	760	0	760	601	0	601
Pis-Pasep/Cofins – parcelamento	400	134	534	364	485	849
Outros	76	0	77	104	0	104
Total	4.310	1.103	5.413	2.346	1.454	3.800

• Icms faturamento circulante: refere-se ao saldo a recolher do faturamento mensal com vencimento no dia 27 do mês e o saldo no dia 10 do mês seguinte.

• Icms não circulante: refere-se a provisão para cobrança de Icms pelo Estado do Rio Grande do Sul, sobre as subvenções tarifárias recebidas no período de setembro de 2018 a janeiro de 2020.

• Icms Parcelamento (1) - referem-se a débitos de Icms sobre o faturamento de consumo de energia elétrica referente ao mês de novembro de 2025, parcelado em 12x em 23 de dezembro de 2025.

• Icms Parcelamento (2) - Em abril de 2017, a Companhia aderiu ao novo programa de parcelamento do ICMS – “REFAZ 2017”, instituído pelo Decreto 53417/17 do governo estadual, referente a débitos já parcelados e débitos em atraso. O Programa previa parcelamentos em até 60 ou 120 meses, dependendo da idade do débito, deduzindo-se as parcelas pagas em parcelamentos anteriores, com prazo final em agosto de 2025.

• Pis/Cofins parcelados - Débitos de compensações de créditos não aceitos pela Receita Federal, parcelados em 120 meses, com juros de 1% e correção pela Selic.

• Demais tributos referem-se ao valor provisionado ou retido no mês, para recolhimento no mês seguinte, conforme o respectivo vencimento.

7.13.2.1 – Tributos Parcelados

Tributo	Taxas	Prazo meses	Datas		31/12/25			31/12/24		
	%		Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Icms	Selic	12m	23/12/25	27/11/26	1.901	0	1.901	0	0	0
Icms	Selic	60m	31/10/16	31/08/25	0	0	0	212	0	212
Pis-Pasep/Cofins	1%am+Selic	60m	27/05/22	27/04/27	400	133	533	364	485	849
Soma	-	-	-	-	2.301	133	2.434	576	485	1.061



7.13.3 - Obrigações Sociais e Trabalhistas

Obrigações Trabalhistas	2025	2024
Folha de Pagamento	452	413
Provisão de férias	953	856
Provisão de gratificação 1/3 de férias	317	285
Provisão de encargos sociais	491	445
Tributos retidos na fonte	264	240
Outros	272	12
Total	2.749	2.251

- Folha de Pagamento, saldo de salários provisionados no mês de competência e pagos no mês seguinte
- Provisões - refere-se a provisão de 1/12 avos sobre os salários dos empregados; de férias vencidas e/ou proporcionais, 1/3 de férias e dos encargos sociais.
- Tributos retidos na fonte – Imposto de renda retido na fonte e encargos sociais retidos sobre a folha de pagamento mensal, recolhidos no mês seguinte.

7.13.4 - Encargos Setoriais

Encargos Setoriais	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Programa eficiência energética – PEE	821	576	1.381	1.207
Programa eficiência energética – Procel	182	94	0	0
Programa pesquisa e desenvolvimento – P&D	11	12	919	669
Programa pesquisa e desenvolvimento – Fndct	38	38	0	0
Programa pesquisa e desenvolvimento – Mme	19	19	0	0
	1.071	739	2.300	1.876
Conta de desenvolvimento energético – CDE	252	88	0	0
Encargo de energia de reserva – ERR	259	336	0	0
Taxa de fiscalização - Aneel	16	15	0	0
Adicional bandeira vermelha	204	0	0	0
Total	1.802	1.178	2.300	1.876

- PEE e P&D - A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), mas ainda não aplicados nos Programas de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na taxa Selic, conforme as Resoluções Aneel n°. 300/2008 e 316/2008.
- Bandeiras Tarifárias - visam refletir por meio de uma sinalização de fácil assimilação pelos consumidores (analogia a um semáforo) os custos variáveis da geração de energia elétrica que, até antes de sua implementação, somente eram repassados às tarifas de energia nos reajustes tarifários ordinários das distribuidoras.

Saldo dos programas Pee e P&d	2025			2024		
	A recolher	Em aplicação	A aplicar	A recolher	Em aplicação	A aplicar
Pee	23	798	1.381	23	553	1.207
P&d	11	0	919	12	0	669
Fndct	38	0	0	38	0	0
Mme	19	0	0	19	0	0
Procel	182	0	0	94	0	0
Total	273	798	2.300	186	553	1.876

7.13.5 Outras Obrigações

Outras obrigações	Circulante		Não Circulante	
	2025	2024	2025	2024
Consumidores – Devoluções	211	959	30	868
Contribuição para Iluminação Pública - CIP	380	387	0	0
Consumidores – GD/Microgeração	14.187	10.549	0	0
Convênios arrecadação e Outros	131	11	0	0
Total	14.909	11.906	30	868

- Consumidores - devoluções, referem-se a valores a serem devolvidos aos consumidores nas próximas faturas, referentes a faturas pagas em duplicidade, multas regulatórias por violações de indicadores, danos elétricos e créditos Pis/Cofins.
- Consumidores – Geração Distribuída, refere-se ao saldo acumulado dos créditos gerados microgeração a serem compensados mensalmente nas faturas subsequentes.



- Os convênios de arrecadação são instrumentos utilizados pela empresa para cobrança na conta do consumidor de contribuições a favor das conveniadas.
- Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública, instituída pela Emenda Constitucional 39/2002 destinada ao custeio do consumo e manutenção de energia elétrica da rede de iluminação pública cobradas pelos Municípios.

7.13.6 - Empréstimos e Financiamentos:

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos pelo valor justo no recebimento dos recursos e passam a ser mensurados pelo custo amortizado, sendo acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais incorridos.

Composição dos saldos dos empréstimos e financiamentos:

Credor	Taxas %	Prazo Meses	Datas		2025			2024		
			Início	Final	Circ	N.Circ	Total	Circ	N.Circ	Total
Eletrobrás	5%aa+RGR	120m	09/03/12	11/05/25	0	0	0	389	0	389
Brde (1)	4,60%aa+Selic	48 m	15/10/21	15/11/26	289	0	289	507	22	529
Banrisul	3,29%aa+CDI	48 m	01/09/22	27/09/26	373	0	373	690	181	871
Santander	4,13%aa+DICETIP	36 m	05/02/24	20/01/27	369	130	499	420	590	1.010
Santander	4,27%aa+CDI	48 m	28/05/25	09/05/29	805	2.128	2.933	0	0	0
Brde (2)	4,13%aaSelic	240m	15/01/25	15/11/44	0	2.973	2.973	0	0	0
Total					1.836	5.231	7.067	2.006	793	2.799

• O empréstimo junto a Eletrobrás foi obtido para financiamento de investimentos em uma Linha de Transmissão – LT 69 kV TPRZ, com 46 km de extensão, 2 circuitos, 6 fases com estruturas metálicas, ligando a SE da Eletrosul em Tapera com a SE Carazinho I.

• O empréstimo junto ao Brde (2) foi obtido para financiamento de investimentos na duplicação da Subestação Carazinho I, no valor de R\$15.301.120,00, carência de 36 meses, prazo de pgto 204 meses, liberação cfe. execução.

• Os empréstimos junto ao Santander foram obtidos para financiamento de capital de giro a curto prazo.

• Os empréstimos do Banrisul e Brde (1) foram obtidos para financiamento da aquisição de veículos.

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Eletrocar possuem covenants e garantias financeiras de recebíveis, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar no vencimento antecipado dos contratos.

Vencimento das parcelas LP	2026	2027	2028	2029	2030	2031 +	Total
Eletrobrás	0	0	0	0	0	0	0
Brde (1)	289	0	0	0	0	0	289
Brde (2)	0	15	175	175	175	2.433	2.973
Banrisul	373	0	0	0	0	0	373
Santander (1)	369	130	0	0	0	0	499
Santander (2)	805	946	946	236	0	0	2.933
Total	1.836	1.091	1.121	411	175	2.433	7.067

Movimentação	Saldo anterior	Adições	Juros	Pagamentos	Saldo atual
Eletrobrás	389	0	5	(394)	0
Brde (1)	529	0	61	(301)	289
Brde (2)	0	2.878	382	(287)	2.973
Banrisul	871	0	105	(603)	373
Banrisul Rotativo	0	5.800	27	(5.827)	0
Santander (1)	1.010	0	107	(618)	499
Santander (2)	0	3.000	277	(344)	2.933
Total	2.799	11.678	964	(8.374)	7.067

7.13.7 – Provisões Passivas e Depósitos Judiciais:

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais decorrentes do curso normal de suas atividades.

A Administração com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas e experiências em ações anteriores, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas.

Provisão Contingências	2025		2024		
	Provisão CP/LP	Dep. Jud	Provisão CP/LP	Dep. Jud	
Trabalhistas	0	87	0	200	46
Cíveis	0	1.558	0	1.589	5
Ambientais	109	141	0	324	0
Outras	0	8.060	0	8.060	0
Total	0	9.845	54	10.173	51



- Contingências Trabalhistas - Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia e de empresas prestadoras de serviços relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, indenização por acidente de trabalho, verbas rescisórias e outras.
- Contingências Cíveis - Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente e outras causadas por falhas no fornecimento ou com redes de energia de energia elétrica.
- Outras - A Empresa constituiu provisão para provável cobrança em 2022/23 pela supridora de energia elétrica de valores apurados a título de penalidade de subcontratação dos montantes de energia elétrica do ano de 2018, definidos no Proret 11.1. A Empresa manifestou administrativamente sua inconformidade alegando que não se trata de aplicar a penalidade, mas sim em erro de faturamento a menor dos montantes faturados mensalmente, em função da saída da geração própria em março de 2018 para o mercado livre.
- Riscos ambientais - A Companhia está sujeita leis de preservação ambiental e considera que a exposição aos riscos, não representam impactos relevantes no resultado de suas operações.

7.14 – Patrimônio Líquido

7.14.1 – Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31/12/25 é de R\$44.700.000,00, representado por 1.598.333 ações nominativas e sem valor nominal, sendo: 1.576.274 ações ordinárias; 22.002 ações preferenciais classe A e 57 ações preferenciais classe B, conforme composição por classe e acionistas abaixo:

Composição Acionistas	Espécie	Nº Ações			Capital Social
		2025	2024	%	R\$
Prefeitura M. de Carazinho	ON	1.514.361	1.514.361	94,74628	41.931.670
Roberto Neves Rodrigues	ON	49.441	49.441	3,09329	1.321.150
Prefeitura M. de Selbach	ON	12.386	12.386	0,77493	331.133
Prefeitura M. de Colorado	ON	86	86	0,00538	2.317
Diversos	PN	22.059	22.059	1,38013	1.113.730
Total		1.598.333	1.598.333	100,00000	44.700.000

- O valor Patrimonial de cada ação em 31/12/25 é de R\$44,52 e R\$42,85 em 31/12/24

7.14.1.1 – Dividendos

O Estatuto Social da Companhia é assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado. Por força do contrato de concessão a distribuição de dividendos acima dos 25% fica vinculado ao cumprimento dos parâmetros mínimos estabelecidos.

7.14.2 – Reserva de Capital

Constituída com base no cálculo da remuneração do capital próprio (JOA) sobre as imobilizações em curso.

7.14.3 – Ajuste de Avaliação Patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial foram constituídos de acordo com a Res. 396/10 da Aneel tendo como base o Laudo da Base de Remuneração Extraordinária-BRR de 31/07/2022 ajustado até 31/12/25.

Avaliação	2025	2024
Valor novo de reposição	56.580	57.820
Depreciação	(26.137)	(25.264)
Obrigações especiais	(19.444)	(19.444)
Obrigações especiais – Depreciação	7.134	6.414
Total	18.133	19.526

7.14.4 – Reserva de Lucros

Reservas	2025	2024
Reserva legal	320	160
Outros - Reserva Especial – Dividendos e JCP não distribuídos	6.706	3.005
Outros - Reserva de Lucros	928	857
Total	7.954	4.022

- Reserva Especial – Dividendos não distribuídos, refere-se ao dividendo mínimo obrigatório (25%), a qual foi constituída com base no Art. 202, §4º da Lei das S/A, devido a situação financeira incompatível com a distribuição.
- Outros, refere-se ao saldo do lucro líquido do exercício a disposição da Assembleia Geral, a qual disporá para aumento do capital social.



7.15 – Efeitos Tributários no Resultado do Exercício

	2025	2024
Lucro do Exercício antes impostos	7	1.864
+ Provisões	23.443	24.378
+ Multas	122	309
+ Despesas indedutíveis	221	254
Realização reserva avaliação	751	823
- Reversão de provisões	(22.890)	(22.422)
- Base Negativa	0	0
Base de cálculo IR	1.654	5.206
Imposto de Renda	389	1.278
(-) Compensações	(13)	(54)
Contribuição Social	149	469
Total Tributos a recolher	525	1.693

7.16 – Receita Operacional

7.16.1 - Receita faturada de energia elétrica por classe de consumo e demais receitas

Classes	Nº Consumidores		MWh		Reais	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Fornecimento Faturado:						
Residencial	32.159	31.861	85.594	80.687	68.649	61.711
Industrial	149	152	68.415	63.012	20.408	18.257
Comercial	4.059	4.035	53.782	50.770	31.880	30.704
Rural	3.596	3.631	24.976	22.575	16.791	15.024
Poder público	445	435	5.124	4.848	4.068	3.657
Iluminação pública	11	11	5.440	5.460	2.613	2.396
Serviço público	34	31	6.828	6.311	1.673	2.652
Consumo próprio	5	5	241	223	0	0
Receita Faturada E. Elétrica	40.458	40.161	250.400	232.886	146.082	134.401
Fornecimento Não faturado	-	-	-	-	634	469
Excedente reativos/ultrapassagem	-	-	-	-	(825)	(794)
Receita de Energia Elétrica	-	-	-	-	145.891	134.076
Demais receitas:						
Suprimento de energia	-	-	-	-	2.354	824
Receita de construção	-	-	-	-	8.955	7.432
Subsídios tarifários	-	-	-	-	16.682	15.482
Receita de compensação tarifária	-	-	-	-	7.589	13.716
Outras receitas	-	-	-	-	3.738	4.168
Receita Operacional Bruta	-	-	-	-	185.209	175.698

7.16.2 - Receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas pelo faturamento mensal de acordo com o calendário de leitura.

As tarifas em 2024 foram reajustadas na média em -8,24% e 4,24% em 2023.

7.16.3 - Receita não faturada, correspondente ao período não lido do fornecimento de energia elétrica é estimada e reconhecida como receita do mês em que a energia foi consumida.

7.16.4 – Excedentes de Reativos e Ultrapassagem de Demanda, conforme Res. 463 de 22/11/11 da Aneel, submódulo 2.7 – Outras Receitas, as receitas auferidas com a ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos, deverão ser contabilizadas como Obrigações Especiais.

7.16.5 - Receita de Construção - O ICPC 01 estabelece que a concessionária de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos 17 – Contratos de Construção (serviços de construção e melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação/fornecimento de energia elétrica, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão). A Concessionária contabiliza Receitas e Custos relativos a serviço de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica.

7.16.6 - Subsídios tarifários - Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE.



7.16.7 – Receita de compensação tarifária - Os Ativos e Passivos Financeiros, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destinam-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela Aneel, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

7.17 – Outras Receitas

Receitas	2025	2024
Renda da prestação de serviços	403	396
Serviço taxado	393	414
Compartilhamento de Infraestrutura	2.767	3.264
Aluguel Equipamentos	3	6
Arrecadação de convênios	2	2
Lucro na alienação/desativação	103	81
Outras	67	35
Total	3.738	4.168

7.18 – Deduções a Receita Operacional

7.18.1 - Encargos Setoriais

Encargos do consumidor	2025	2024
Taxa de fiscalização	185	166
Conta de desenvolvimento energético – CDE	23.187	18.579
Bandeiras Tarifárias	813	255
Programa de eficiência energética	557	553
Programa de pesquisa e desenvolvimento	557	553
Total	25.269	20.106

7.18.1.1 - Bandeiras Tarifárias

Conforme o Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, foi criada a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias instituídas pela Aneel, a Agência Nacional Reguladora de Energia Elétrica, que lançou o Sistema de Bandeiras Tarifárias com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015 para as Concessionárias, com a finalidade de sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia. O sistema de Bandeiras Tarifárias possui três faixas i) Bandeira Verde, o que significa condições favoráveis de geração de energia e o consumidor não possui cobrança adicional pela utilização da energia; (ii) Bandeira Amarela a qual representa condições menos favoráveis e um adicional na cobrança na utilização de energia e a (iii) Bandeira Vermelha que sinaliza condições desfavoráveis e custosas para a geração, com um acréscimo maior no faturamento.

7.18.1.2 – Programa de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento - PEE e P&D

PEE e P&D - A Companhia reconhece passivos relacionados a valores faturados em tarifas, referentes a 1% da Receita Operacional Líquida, conforme as Resoluções Aneel nº. 300/2008 e 316/2008.

7.18.2 - Impostos

Impostos	2025	2024
Icms	22.175	20.400
Cofins	11.758	11.308
Pis/pasep	2.553	2.455
Iss	94	89
Total	36.580	34.252
Total das deduções (encargos + impostos)	61.849	54.358

• As alíquotas de Icms aplicadas pelo estado RS são:

Residencial até 50 kwh	12%	Residencial até 50 kwh	17%
Industrial	17%	Comercial	17%
Rural até 100 kwh	Isento	Rural acima 50 Kwh	12%
Poder Público	17%	Iluminação Pública	17%
Serviço Público	17%		

• As alíquotas de Pis/Cofins aplicadas, regime não cumulativo, são: Pis: 1,65% e Cofins: 7,60% para as receitas operacionais; para as receitas financeiras são de 0,65% e 4% respectivamente. A alíquota de Iss é de 3%.



7.19 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

Custos com Energia	Em Mwh		Em R\$	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada	168,389	159,288	42.517	38.847
Geração distribuída			17.578	17.529
Proinfa	3.248	3.075	2.546	2.097
Variação cambial Itaipu			(82)	254
(-) Créditos Pis/Cofins			(4.340)	(3.837)
Total compra energia			58.219	54.890
Encargos de uso da rede			18.887	19.403
Encargo de Energia - ESS/EER			3.368	4.143
(-) Créditos Pis/Cofins			(1.685)	(1.712)
Total encargos			20.570	21.834
Custo com energia	171,637	162,363	78.789	76.724

7.20 – Custos operacionais totais

7.20.1 - Despesas por Natureza de Gastos

Natureza	2025	2024
Pessoal – empregados	17.887	16.178
Pessoal – administradores	1.506	1.167
Material	1.305	1.271
Serviço de terceiros	4.199	4.587
Custo com energia comprada	78.789	76.724
Custo de construção infraestrutura	8.955	7.432
Aluguéis	477	727
Seguros	186	178
Depreciação/amortização	3.951	3.819
Impostos e taxas	88	108
(-) Recuperação de despesas	(419)	(370)
Outras despesas	2.493	2.880
Provisões/reversões	553	1.956
Contribuições e doações	221	254
Baixa bens ativo	723	625
Total	120.884	117.536

7.21 – Resultado Financeiro

7.21.1 – Receitas e Despesas Financeiras

Receitas	2025	2024
Rendimentos de aplicações financeiras	74	282
Acréscimos moratórios contas energia	1.405	1.429
Variações monetárias	614	1.549
Atualizações monetárias CVA	1.018	946
Outras	12	6
(-) Tributos	(184)	(231)
Total	2.939	3.981
Despesas		
Encargos de dívidas	368	504
Juros bancários/iof	663	503
Juros e multas	234	22
Juros sobre o capital próprio	3.726	3.026
Variações monetárias	261	1.117
Atualização CVA	104	712
Outras	53	38
Total	5.409	5.922
Resultado	(2.470)	(1.941)



7.22 – Seguros

A Companhia mantém cobertura securitária patrimonial e da frota de veículos, garantindo a terceiros cobertura de danos pessoais e matérias, suficientes para cobrir eventuais perdas, considerando a natureza e o grau de risco dos ativos e responsabilidades.

Bens Segurados	Vigência		Vlr. segurado
	2025	2026	
Veículos	2025	2026	Tabela Fipe
Patrimonial (incêndio/danos elétricos/vendaval)	21/06/25 a 21/06/26		24.275.000,00

7.23 – Participação de Resultados

Consta em cláusula de dissídio coletivo, porém ainda não foi implantado o programa de participação dos empregados nos resultados da empresa.

7.24 – Instrumentos Financeiros

Os valores estimados de mercado e os instrumentos financeiros dos Ativos e Passivos da Companhia em 31/12/25 e 31/12/2024 não se apresentam diferentes daqueles reconhecidos nas Demonstrações Contábeis. A Companhia não atua no mercado de derivativos nem tem instrumentos financeiros que estejam registrados no exercício.

7.25 – Alíquotas Pis/Cofins

Até junho de 2005 as alíquotas de Pis e Cofins eram incluídas no cálculo da tarifa de forma cumulativa, reconhecendo as diferenças pagas a maior em ativo regulatório. A partir da tarifa de 29 de junho de 2005 a apuração passou a ser de forma não cumulativa calculada pela empresa e cobrado diretamente do consumidor pela alíquota efetiva.

7.26 – Transações com Partes Relacionadas

Quanto às transações entre partes relacionadas, as transações de compra e venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados. As mesmas são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

7.27 – Remuneração dos Administradores

A remuneração dos Administradores é fixada pela Assembleia Geral.

7.28 – Plano de Previdência e Outros Benefícios aos Empregados

A empresa não possui plano de complementação de aposentadoria. A empresa concede benefícios aos seus empregados tais como: vale alimentação, vale transporte, auxílio creche, seguro de vida, incentivo educacional, auxílio acidente trabalho, estabelecidos em acordo coletivo de trabalho.

7.29 – Questões Ambientais

A Eletrocar vem tentando minimizar ao máximo as consequências do impacto produzido no meio ambiente, executando com bastante cautela os cortes e/ou poda de árvores na implantação e manutenção das redes de distribuição urbanas e rurais.

7.30 – Revisão Tarifária Periódica – RTP

A revisão tarifária é realizada a cada 5 anos e está prevista no contrato de concessão e tem como objetivo reposicionar as tarifas para assegurar a remuneração dos investimentos prudentes e cobertura dos custos operacionais eficientes, de modo a proporcionar um serviço de qualidade aos consumidores.

De acordo com o 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 084/2000, firmado entre a Aneel e a Distribuidora em 09 de dezembro de 2015, a próxima Revisão Tarifária periódica da Empresa ocorrerá na data de 22 de julho de 2027. Nos períodos entre as revisões são realizados os reajustes tarifários.

A 5ª Revisão Tarifária Periódica – RTP da ELETROCAR ocorreu em 22 de julho de 2022 e o reajuste tarifário – RTA em 2025/2026, teve a seguinte recomposição tarifária:

2025				2024			
Consumidores Residenciais – B1	Baixa tensão – em média	Alta tensão – em média	Efeito médio para o consumidor	Consumidores Residenciais – B1	Baixa tensão – em média	Alta tensão – em média	Efeito médio para o consumidor
19,79%	19,85%	24,96%	20,94%	(6,59%)	(6,62%)	(14,02%)	(8,24%)



A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Eletrocar na 5ª revisão tarifária periódica

Base de Remuneração Bruta e Quota de Reintegração Regulatória (QRR)

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	32.688.137
(4) Bens Totalmente Depreciados	18.825.085
(5) Base de Remuneração Bruta	87.638.031
(17) Taxa de Depreciação	3,51%
(18) Quota de Reintegração Regulatória	3.076.095

Base de Remuneração Líquida e Remuneração do Capital (RC)

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	139.151.254
(6) Depreciação Acumulada	53.101.456
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	86.049.797
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	86.049.797
(10) Almoxarifado em Operação	173.232
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	23.892.890
(13) Terrenos e Servidões	6.977.568
(14) Base de Remuneração Líquida	69.307.707

7.31 – Análise Econômico-Financeira - (valores em R\$ mil)

Destacamos abaixo alguns dos resultados econômico-financeiros da Eletrocar no término do exercício:

Receita Operacional Bruta Anual: A receita operacional foi de R\$185.209.314,85 sendo 5,41% superior a 2024 que foi de R\$175.698.422,95. A receita de Fornecimento de Energia Elétrica faturada foi de R\$145.890.349,85134.401.313,60 contra R\$134.401.313,60 em 2024, sendo 8,69% maior que 2024.

Icms s/Faturamento Energia Elétrica: O Icms faturado foi de R\$22.175.141,12 em 2025 e de R\$20.400.254,99 em 2024, sendo 8,70% superior a 2024.

Demais impostos: Pis, Cofins e Iss somaram o valor de R\$14.404.910,53 em 2025 e R\$13.851.643,47 em 2024, sendo superior em 3,99%.

Encargos Setoriais: Os encargos setoriais foram de R\$25.268.591,18 em 2025 e R\$20.105.981,01 em 2024 tendo um aumento de 25,68%.

Despesas com Pessoal e Administradores: As despesas com pessoal em 2025 foram de R\$19.363.195,39 e em 2024 foi de R\$17.345.249,63, tendo um aumento de 11,63%.

Custos com Energia Elétrica: Os custos com energia elétrica foram de R\$78.789.316,00 em 2025 e R\$76.723.601,14 em 2024, tendo um aumento de 2,69%.

A compra de energia para revenda foi de R\$42.517.003,20 em 2025 e de R\$38.847.059,17 em 2024, tendo um aumento de 9,45%.

A geração distribuída, teve um aumento de 0,28%, sendo R\$17.578.179,79 em 2025 e R\$17.529.252,19 em 2024 (18,89%).

O Proinfa teve um aumento de 21,38% sendo de R\$2.545.404,72 em 2025 e R\$2.097.130,47 em 2024 11,69%

Os Encargos de Uso do Sistema e Conexão foram de R\$18.886.916,45 em 2025 e R\$19.402.592,11 em 2023, tendo uma variação de (2,66%).

Os demais encargos e despesas (ESS/ERR) em 2025 foram de R\$3.367.852,42 e de R\$4.143.088,28 em 2024, tendo uma variação de (18,71%)



Os créditos gerados de Pis/Cofins sobre os custos com energia elétrica foram de R\$6.024.292,42 em 2025 e de R\$5.549.445,21 em 2024 tendo um aumento de 8,56%.

Material e Serviço de Terceiro: As despesas foram de R\$5.503.240,42 em 2024 e de R\$5.858.098,89 em 2024, tendo um aumento de (6,06%), (18,64% em 2024).

Provisões e reversões: As provisões para prováveis perdas foram de R\$552.934,09 em 2025 e de R\$1.955.880,97 em 2024, tendo uma variação de (71,73%).

Depreciações: As depreciações/Amortizações somaram o valor de R\$3.950.438,49 em 2025 contra R\$3.818.747,91 em 2024, tendo um aumento de 3,45%.

Demais Despesas Operacionais: As demais despesas operacionais, exceto depreciações e provisões, foram de R\$3.769.820,75 em 2025 e R\$4.402.922,86 em 2024, tendo uma variação de (14,38%).

Receita Financeira: As receitas financeiras atingiram o valor de R\$2.939.216,83 e R\$3.981.113,84 em 2023 tendo uma variação negativa de (26,17%).

Despesas Financeiras: As despesas financeiras foram de R\$5.408.980,62 em 2025 e R\$5.921.992,25 em 2024, tendo uma variação de negativa de 8,66%.

Lucro Operacional da Atividade: O lucro operacional da atividade foi de R\$2.476.310,36 em 2025 e de R\$3.804.509,32 em 2024, tendo uma variação negativa de 34,91%.

Capital Circulante Líquido: O Capital Circulante Líquido foi de R\$4.489.543,05 em 2025 e R\$738.189,11 em 2024, tendo uma variação de 508,18%.

Lucro Bruto do Exercício: O lucro bruto do exercício antes da reversão dos juros sobre o capital próprio foi de R\$6.546,57 em 2025 e R\$1.863.630,91 em 2024.

Lucro Líquido do Exercício: O lucro líquido do exercício foi de R\$3.206.911,75 e R\$3.196.950,26 em 2024.

EBITDA: Lucro da atividade excluída as depreciações, em 2024 foi de R\$6.426.748,85 e R\$7.623.257,23 em 2024.

Lucro líquido, geração de caixa e dividendos	2025	2024
+ Lucro líquido	3.206.911,75	3.196.950,26
- Juros capital próprio	(3.725.622,33)	(3.025.691,73)
+ I. Renda e C. Social	525.257,15	1.692.372,38
+ Resultado financeiro	2.469.763,79	1.940.878,41
+ Depreciação/Amortização	3.950.438,49	3.818.747,91
= Geração de Caixa (Ebitda)	6.426.748,85	7.623.257,23

A seguir apresentamos alguns indicadores da empresa:

Coeficiente	Formula		2025	2024
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Disponível}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	0,04	0,08
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	%	1,12	1,02
Liquidez Geral	$\frac{\text{A.Circ.} + \text{Realiz L/P}}{\text{P.Circ.} + \text{Exig. L/P}}$	%	0,91	0,96
Endividamento total	$\frac{\text{Exigibilidades Total}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,44	0,43
Retorno do Capital	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	%	0,05	0,05
Razão Operacional	$\frac{\text{Despesa Operacional}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,98	0,97
Capital Fixo Aplicado	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Ativo Total}}$	%	0,60	0,58
Despesa Pessoal x Receita Líquida	$\frac{\text{Despesa Pessoal}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,16	0,14
Energia Comprada x Receita Líquida	$\frac{\text{Compra Energia}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,71	0,69
Ebitda	$\frac{\text{Ebitda}}{\text{Receita Líquida}}$	%	0,05	0,06



7.32 – Governança

O Plano de Negócios da Eletrocar levou em consideração a estratégia pela sobrevivência, como forma de enfrentamento da crise financeira da companhia, sendo que vem sendo tomadas medidas concretas no sentido de manter a saúde financeira da companhia, bem como a tomada de decisões pautadas pela eficiência/eficácia/economicidade e desburocratização nos atos administrativos.

Estes itens, no que envolve a Carta Anual da Governança, passam a ser acompanhados pelos indicadores de sustentabilidade.

Com relação à estrutura societária da companhia, não estão previstas alterações na composição societária.

7.33 – Exclusão do Icms da base de cálculo do Pis e Confins

Conforme processo 5000174-80.2012.4.04.7104 - TRF4, com sentença em trânsito em julgado em 20 de outubro de 2020, determinando o cálculo com base no ICMS destacado em nota fiscal. A empresa habilitou o valor de R\$35.103.644,20 conforme pedido em 15/07/21 e Despacho decisório RFB nº 1268 em 23/07/21. A empresa fez as compensações com Pis/Cofins devidos de julho 2021 a março de 2025 o valor de R\$40.268.974,69.


Em conformidade com a Lei 14385 de 27/06/22 a Aneel estabeleceu que os valores pagos a mais pelos consumidores, relativos ao ICMS embutido no Pis/Pasep e na Cofins cobrados pelas distribuidoras, serão restituídos de forma difusa (não direcionada segundo o pagamento específico de cada consumidor) nas tarifas de energia calculadas nos próximos 12 meses. Dessa forma os créditos foram devolvidos aos consumidores nos reajustes tarifários de 2022 a 2025 o valor total compensado.

7.34 – Aporte de Capital – Garantia contratual


Conforme previsto na cláusula 7ª, subcláusula 1ª, III e cláusula 4ª do Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 084/2000-Aneel, havendo necessidade, o sócio Controlador deverá aportar recursos sob forma de integralização do Capital Social, em Caixa ou Equivalentes de Caixa, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira da Concessionária.

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes, no Parecer do Conselho Fiscal e Manifestação do Conselho de Administração e demais órgãos a seguir apresentado.


 Jéssica Langer Previatti
 Diretora Presidente


 Centrais Elétricas de Carazinho S/A
 Ana Paula de Souza Sartori
 Diretora
 Administrativo-Financeira


 Centrais Elétricas de Carazinho S/A
 Wagner Cassiano Zeni
 Diretor Comercial


 Rui Luiz Toso
 Contador
 CRC/RS 40.629



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**Aos acionistas da Centrais Elétricas de Carazinho S/A - ELETROCAR
Carazinho – RS**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo nessa data e demonstração dos fluxos de caixa, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual, da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – ELETROCAR em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação do DVA. Esta demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade



operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026



NILTON ANTONIO TIELLET BORGES
Contador CRC/RS 015233/0-8 CNAI 0081
CPF: 005.449.140-15



www.eletrocar.com.br
Telefone: (54) 3329 - 9900 Fax: (54) 3329 - 9945
Av. Pátria, 1351 - Bairro Sommer - Carazinho/RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas:

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Carazinho S/A – Eletrocar, dando cumprimento as disposições legais e estatutárias examinaram as Demonstrações Contábeis, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e Demais Demonstrativos Contábeis bem como as Notas Explicativas e com base nos pareceres dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, são de parecer que os mesmos refletem com propriedade a situação patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, estando assim, tais documentos, em condições de serem submetidos à apreciação e conseqüente aprovação pelos Senhores Acionistas na Assembleia Geral.

Carazinho/RS, 30 de março de 2026


NORTON LUIZ BARROSO
Conselheiro
CPF 739.968.660-20


IVO PAULO RABUSKE
Conselheiro
CPF 465.296.830-20


ANGELO MARCOS DORIGO
Conselheiro
CPF 000.931.280-37


MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Eletrocar, no uso e nos limites das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis, os esclarecimentos da Diretoria Executiva, os Relatórios da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário e o Parecer do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre as Demonstrações Contábeis referente ao exercício encerrado em **31 de dezembro de 2025** e as submetem para deliberação final dos Acionistas em Assembleia Geral da Companhia.

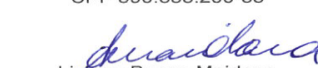
Carazinho/RS, 14 de abril de 2026


Elcio Jorge Bortoloti
Presidente
CPF 384.715.400-10


Lúdemar Reis de Queiros
Vice-Presidente
CPF 929.935.590-87


Enio Rodinei Parnoff
Conselheiro
CPF 590.333.200-53


Leandro Garcia da Silva
Conselheiro
CPF 946.775.490-87


Lisiane Bueno Maidana
Conselheira
CPF 716.755.310-72


Marlon Augusto Allebrandt
Conselheiro
CPF 015.079.410-05


Norma Lizandra Finger de Almeida
Conselheira
CPF 963.969.540-87